

OPÇÕES DO PLANO PARA 2008 DO MUNICÍPIO DE ALMADA



Parecer do Bloco de Esquerda
26 Dezembro 2007

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sra. Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores vereadores e deputados municipais
Senhoras e senhores munícipes**

As Opções do Plano e Orçamento para 2008 do Município de Almada são necessariamente condicionadas pelas políticas económicas e financeiras do governo PS, que, como é sabido, têm privilegiado o combate ao défice do Orçamento de Estado, e não o desenvolvimento social do país.

As autarquias têm sido objectivamente prejudicadas pelas insuficientes transferências do Orçamento de Estado e assim continua a ser em 2008. Os valores globais transferidos para o Município de Almada, incluindo os relativos ao PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), são a imagem de marca de um governo que não confia nas autarquias como elementos fundamentais para o desenvolvimento e o progresso social.

Apesar disso, as Opções do Plano para 2008 que estamos a apreciar, e numa primeira leitura do documento, são fotocópia do que nos foi apresentado nos dois anos anteriores.

No entanto, analisando com atenção as Linhas de Orientação propostas, é possível encontrar algumas diferenças, relativamente ao ano passado:

- Sobre os sistemas educativo, cultural e desportivo, o Executivo propõe-se **“diligenciar a criação de um Exploratório e Centro de Iniciação Científica”** em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e dar **“apoio à realização do campeonato mundial de surf”**.

- Na Mobilidade, Acessibilidades e Estacionamento, fica a intenção de assegurar o arranque da 2ª fase do Plano de Mobilidade, e desenvolver o conceito de Casa da Mobilidade.

- A nível da qualificação urbana e ambiental e do desenvolvimento económico, desenvolver-se-á a campanha **“Habitar é conservar”** dirigida ao parque habitacional privado, e a intenção de contribuir para a concretização do projecto-piloto **“Centro Comercial a Céu Aberto”** no centro da cidade de Almada, a par do envolvimento de todos os trabalhadores do município na campanha do reforço da qualificação da imagem urbana do concelho.

- Relativamente à Juventude, é lançado o projecto **“Jovens talentos”**, e quanto à Solidariedade, a concretização do programa PER (Programa Especial de

Realojamento) prosseguirá no quadro do acordo celebrado com o movimento cooperativo em 2007.

- **Teremos ainda a promoção da Carta da Participação do Cidadão**, enquadrada nos mecanismos de Informação e Participação, e a **elaboração do Projecto do Edifício do Poder Local** no capítulo do Serviço Público e Valorização da intervenção dos trabalhadores.

Sendo as Opções do Plano para 2008, além das novidades que acabámos de referir, as mesmas que aqui foram trazidas nos últimos dois anos, também a apreciação crítica do Bloco de Esquerda terá que incidir nos mesmos pontos.

Educação, Cultura e Desporto

Continuamos a desconhecer o Plano de Acção Cultural, pois apesar de termos proposto o ano passado que o mesmo fosse publicado e dado a conhecer, continua a não estar prevista esta actividade nas Opções do Plano para 2008.

Quanto ao apoio e subsídios atribuídos ao movimento associativo, desportivo e cultural do nosso concelho, e apesar das recomendações da recente auditoria a que o município foi sujeito, a proposta do Bloco de Esquerda aqui trazida repetidas vezes em sessões anteriores, para que sejam divulgadas as normas e regras de atribuição de subsídios, continua ausente das intenções do executivo para 2008.

Curiosamente, algumas freguesias do nosso concelho, da mesma cor política do Executivo, começam a dar sinais de que tal instrumento é necessário.

Sobre a Mobilidade Sustentável, Acessibilidades e Estacionamento:

Constatamos, pelo segundo ano consecutivo, que as linhas de orientação relativas à Comissão Municipal de Trânsito e Transportes e à Autoridade Metropolitana de Transportes continuam sem tradução prática em nenhuma actividade.

Mais uma vez fazemos notar que uma forma eficaz de contribuir para a qualificação do transporte público e um maior uso do transporte colectivo, seria que a Câmara assumisse a exploração dos percursos curtos e não rentáveis, em simultâneo com a exigência à Direcção Geral de Transportes de um maior papel regulador, a renovação da frota dos TST e a implementação de percursos transversais no concelho, com ligação ao MST, cujo tarifário deve prever a implementação de um passe inter-modal válido para todo o Concelho e ainda para o “comboio da ponte”, como aliás esta Assembleia Municipal já recomendou ao Executivo Municipal.

Relativamente ao Estacionamento e Circulação, da responsabilidade da ECALMA, chamamos a atenção para a forma de actuar desta empresa municipal, cujos Regulamentos de Estacionamento devem ser amplamente divulgados junto das pessoas.

As obras do MST (neste momento em curso no centro da cidade de Almada, mas que já tiveram como alvo outras zonas do concelho) e o facto de não existir ainda suficiente oferta de parques de estacionamento públicos e gratuitos (ou a preços acessíveis),

conjugados com uma deficiente rede de transportes colectivos no concelho, o que não incentiva a sua utilização, são factores que devem ser tidos em conta pela ECALMA, que não deixando de fazer cumprir os regulamentos, não deve limitar a sua actuação ao simples “passar a multa” a que muitos almadenses já foram sujeitos.

Qualificação Urbana e Ambiental e Desenvolvimento Económico

No ano passado, manifestámos a nossa insatisfação relativamente ao facto de a Câmara se limitar a propor-se interceder junto do governo com vista ao encerramento dos silos da Trafaria, quando o que estava em causa era saber quais as reais intenções preconizadas pela APL (Administração do Porto de Lisboa) para a Trafaria.

Este ano, em vez de interceder pelo encerramento dos silos da Trafaria, vai agora o Executivo interceder para saber qual o futuro que lhes está reservado (pág. 27).

Sobre as intenções da APL para a Trafaria, aparentemente este Executivo não pretende tomar nenhuma atitude, preferindo continuar a falar no Plano Estratégico para a Costa da Trafaria (pág. 57-89-93-96). O Executivo ignora, ou pretende que se ignore, que este Plano está em sérios riscos de não ver a luz do dia, se as intenções anunciadas pela APL em notícias vindas a público que o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez chegar ao conhecimento de todos os Grupos Municipais, se concretizarem.

Registamos a nossa preocupação e incompreensão em relação às intenções manifestadas pela Câmara em sede de Opções do Plano para 2008, relativamente à Trafaria.

Deixamos para o fim o que consideramos que devem ser as prioridades de uma força de esquerda, quando no exercício do poder:

Revisão do PDM e Participação dos Cidadãos

Em 2008, dizem-nos as Opções do Plano que serão asseguradas “a continuidade do processo de monitorização do actual PDM” (pág. 97) e a “condução e concretização do processo de revisão do PDM, de acordo com a metodologia definida”, que integrará a realização de workshops e fóruns de participação” (pág. 101).

Perguntamos: o relatório de avaliação da execução do actual PDM até à data está concluído? Para quando a sua divulgação? Podemos concluir que a metodologia a adoptar para a revisão do PDM está definida? Quando será divulgada e em que moldes? Teremos que esperar pelo Relatório e Conta de 2007, para ter resposta a estas perguntas?

E os almadenses? Quando serão eles informados e chamados a participar? Qual o papel e intervenção no processo de revisão do PDM que o Executivo lhes reserva?

E sobre a Carta de Participação do Cidadão? Que novidades nos traz?

Já aqui referimos o ano passado, e reafirmamos: no concelho de Almada, é preciso dar um salto de qualidade que fomente e motive a participação das pessoas na vida da cidade, é necessário tomar medidas que combatam o desinteresse e a desconfiança das pessoas. Porque estamos convictos de que fazer cidade com os cidadãos é sempre muito melhor do que apenas para os cidadãos.

Políticas Sociais

A dois ou três anos do final da “década do desenvolvimento sustentável e solidário” em Almada, a Câmara Municipal continua sem apostar na vertente social.

O Centro de Acolhimento para os Sem-Abrigo (que não está contemplado no Plano de Desenvolvimento Social), o Centro de Apoio ao Imigrante (que naquele plano – PDS - está previsto para 2008), a criação de um Centro de Acolhimento transitório para crianças vítimas de maus-tratos e abandonos, e uma política de habitação solidária e responsável que adopte medidas protectoras dos estratos da população com menores recursos económicos, são algumas das propostas que o Bloco de Esquerda aqui deixou o ano passado, e que continuam ausentes das Opções do Plano para 2008 deste Executivo.

Em vez disso, no final deste ano, a Câmara resolveu impor aumentos de rendas muito elevados a mais de mil famílias que habitam nos bairros sociais camarários, que foram votados ao abandono e ao esquecimento por parte da Câmara ao longo de muitos anos.

Não basta anunciar que está previsto investir um milhão e 300 mil euros na reparação e conservação do parque habitacional do município, como fez a senhora presidente na última sessão desta Assembleia Municipal, em Outubro. Ou que, nos últimos anos, foram investidos cerca de 2 milhões e 300 mil euros, como afirmou aos moradores presentes nesta Assembleia, na semana passada. É necessário divulgar onde, quando e o que pretende fazer. E já agora, explicar quem definiu as prioridades e as intervenções que estão previstas ser feitas.

Não basta responder à justa luta dos moradores dos referidos bairros, que tenham calma porque as obras chegarão às suas casas, que as contas do aumento (ou actualização, como repetidamente afirmou o senhor vereador Rui Jorge, na visita aos bairros que os moradores promoveram) podem estar mal feitas, por culpa dos inquilinos, claro está, que não apresentaram os papéis na devida altura, ou que estes até podem adquirir as suas casas (sem no entanto lhes ser explicado como!).

Esta atitude da Câmara Municipal é completamente inexplicável, desde logo porque, no capítulo referente ao parque habitacional do município, as Opções do Plano para 2008 são o decalque das de 2007, que por sua vez são iguais às de 2006. (OP06 – pág. 41/85, OP07 – pág. 40/78).

Mas o que impressiona mesmo é ouvir a explicação dada oficialmente: quase no final da “década do desenvolvimento sustentável e solidário”, a Câmara Municipal resolveu aplicar em Almada uma lei cavaquista de 1993, a que aderiu por opção e não por obrigação! E mesmo afirmando, como fez a semana passada, que não aplica a lei na íntegra e que introduziu alguns factores para atenuar o valor das

rendas apoiadas, terá que reconhecer que as alterações introduzidas ficam muito aquém das propostas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República em 2004.

Não contará com o silêncio ou a passividade do Bloco de Esquerda. Manifestamos aqui a nossa total discordância com a postura que a Câmara assumiu. Estaremos do lado dos moradores e das suas justas reivindicações:

- As obras de conservação e manutenção dos fogos sociais e dos espaços envolventes têm que ser feitas sem demora, e respeitando as prioridades definidas de acordo com os moradores;**
- As regras para aquisição dos fogos pelos moradores que assim o entendam têm de ser divulgadas, nomeadamente como se fazem os cálculos sobre o valor dos fogos;**
- O apoio dado pelas assistentes sociais da Câmara a estas famílias tem que ser feito no terreno e não nos gabinetes.**

E para que conste, informamos esta Assembleia Municipal que apoiamos todos os moradores afectados por esta injusta decisão da Câmara, independentemente do partido a que pertençam, ou do voto que depositam nas urnas em dia de eleições. Do PSD ao Bloco de Esquerda, passando pela CDU, todos têm a nossa solidariedade.

As propostas, críticas e sugestões que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda tem apresentado nesta Assembleia Municipal, numa perspectiva construtiva e de forma responsável, são sistematicamente refutadas pela senhora Presidente da Câmara e reprovadas pela maioria CDU que sustenta o Executivo Municipal.

Não será por isso que abdicaremos do nosso papel de oposição. Manteremos a nossa postura, fiéis aos princípios e ao programa que nos norteiam, e convictos de que o fazemos em nome da satisfação das justas aspirações dos munícipes de Almada, a uma terra em que a cidadania comande a vida, e em que a participação e o progresso social sejam uma realidade para todas e para todos.

Porque o município é constituído por todas as pessoas que nele vivem.

Votaremos contra a proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2008 em apreço.

**P'O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda
Helena Oliveira**
